

CONCURSO PÚBLICO SALGUEIRO - G.2 - SUPERIOR



ARQUITETO

INSTITUTO
igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. Em projetos públicos, recomenda-se a adoção, sempre que possível, de critérios de disposição dos componentes do sistema de modo a minimizar a ocupação de espaços e aderir às normas de segurança das concessionárias locais.
02. As representações de um Projeto Arquitetônico são projeções em planos horizontais e verticais da construção. Para os planos verticais, são criadas as plantas de cobertura, planta de locação, planta de situação e planta baixa. Já para os planos horizontais são feitos cortes e fachadas.
03. Em obras públicas, quando a rastreabilidade de medição for um requisito para a validade de resultados, os equipamentos devem ser verificados ou calibrados e salvaguardados contra ajustes, danos ou deterioração, considerando a ISO 9001.
04. Para elaborar um orçamento discriminado para fins de concorrência pública referente à realização de obra pública, considerada sua experiência comprovada e a relevância do portfólio do profissional de arquitetura, é dispensável a conclusão pretérita ou a elaboração concomitante do projeto em questão.
05. O arquiteto deve assegurar que as medições e pagamentos sigam estritamente os critérios definidos no edital de licitação e no contrato, mesmo que estejam em conformidade com as normas da ABNT. Qualquer divergência, mesmo técnica, pode constituir uma irregularidade, se não alinhada com as estipulações contratuais.
06. Com relação à execução de obras pública por terceiros, nos termos da Lei, todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.
07. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização em obra pública durante a realização dos trabalhos poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.
08. Como elemento de sinalização, paralelamente à mensagem codificada, a cor também pode fornecer ao usuário um sistema de identificação e orientação. Usada como elemento conotativo, a cor pode relacionar atividades e setores afins de um edifício ou conjunto de edifícios.
09. Um plano principal de iluminação pública tem como seus fatores diretos e indiretos os locais de interesse coletivo ou de concentração de pessoas, valorização de uma área comercial ou de entretenimento, possibilidade de recuperação de uma área urbanisticamente degradada, valorização de uma área histórica, segurança pública e arborização.
10. Na construção civil, gestor e equipe devem relacionar perigo e dano exclusivamente à gestão da segurança e saúde no trabalho, que é a finalidade da OHSAS.
11. Quando a ação corretiva e a ação preventiva identificam perigos novos ou modificados, ou a necessidade de seu controle, o procedimento deve requerer que as ações propostas sejam submetidas a uma avaliação de riscos antes de sua implementação.
12. Para garantir a acessibilidade em projetos de arquitetura, a largura mínima necessária para a transposição de obstáculo isolado com extensão de no máximo 0,40 m deve ser de 0,80 m. Quando o obstáculo isolado tiver uma extensão acima de 0,40 m, a largura mínima deve ser de 0,90 m.
13. Em projetos de iluminação, as caixas de passagem não devem ser instaladas ao lado do poste da rede aérea para a descida dos condutores de alimentação da RDS, instaladas junto aos postes que contenham luminária e em cada derivação forçada provocada por obstruções diversas ou criação de curvas reversas.
14. A dimerização pode ser utilizada em qualquer instalação de iluminação pública, desde que superior a 30% do nível de iluminância projetado, garantindo a segurança dos transeuntes.
15. Considerando as etapas de execução da atividade técnica do projeto de arquitetura, antecedem o PL-ARQ apenas o LV-ARQ, PN-ARQ e o PE-ARQ, respectivamente.

16. Para a habilitação de empresas em licitações, poderão ser exigidos documentos relativos à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.
17. Para acessos e circulações, deverá o profissional responsável projetar rampas e escadas, obedecendo relações compatíveis de declividade.
18. Com relação à construção de prédios públicos, na análise das fundações, em caso de exigência da fiscalização local, poderá ser verificada a estabilidade das construções vizinhas, no seu aspecto de segurança, em função das condições de execução das fundações, prevalecendo o interesse público em detrimento do privado já edificado.
19. Os novos projetos de prédios públicos deverão assimilar alternativas energéticas como a solar, sendo desaconselhada a instalação de eletropostos, segundo as normas de segurança para prédios públicos.
20. Na realização de um projeto, compreende-se bloco de concreto como um elemento de alvenaria cuja área líquida é igual ou inferior a 75% da área bruta.
21. O dimensionamento das estacas ou a sua escolha, no caso de serem pré-moldadas, deverá considerar o conjunto de esforços verticais e horizontais atuantes sobre elas e a interação com o solo de fundação, justificada através da determinação criteriosa dos parâmetros de confinamento lateral do solo.
22. A organização deve determinar, prover e manter um ambiente necessário para a operação de seus processos e para alcançar a conformidade de produtos e serviços, considerando fatores físicos como temperatura, calor, umidade, apoteótica, luz, fluxo de ar, higiene e ruído.
23. Ainda que o encaminhamento para aprovação formal nos diversos órgãos de fiscalização e controle não seja realizado diretamente pelo autor do projeto, será de sua responsabilidade a introdução das modificações necessárias à sua aprovação.
24. As instalações de baixa tensão são alimentadas com tensões abaixo de 600V. Já as instalações de alta tensão são alimentadas com tensões acima de 600V (Volts).
25. Os mapas de ruído são ferramentas que se dispõem a subsidiar o planejamento das cidades e o ordenamento territorial, ofertando elementos significativos para a tomada de decisões.
26. Toda rota acessível deve ser provida de iluminação natural ou artificial com nível mínimo de iluminância de 150 lux, medidos a 3,00m do chão, sendo aceitos níveis inferiores de iluminância para ambientes específicos, como cinemas, teatros ou outros.
27. Para cada forma urbana específica, existirá um comportamento acústico igualmente específico, exclusivo e vinculado a determinada forma urbana.
28. Para assegurar a acessibilidade em projetos de arquitetura, grelhas e juntas de dilatação são terminantemente proibidas em se tratando de projeto de rotas acessíveis.
29. Os revestimentos devem apresentar resultados visuais, tanto externos quanto internos, que sejam compatíveis com os objetivos estéticos e funcionais da edificação.
30. Na fase do anteprojeto, são incorporados dados necessários à sua aprovação pelo cliente e pela autoridade competente sendo, a partir dele, que se iniciam os projetos complementares (estrutural, elétrico e hidrossanitário), plantas baixas dos pavimentos, cortes, elevações, tabelas de áreas e esquadrias.
31. Ao realizar o planejamento vertical de determinado projeto, é necessário compreender que ele divide hierarquicamente o gerenciamento na obra, definindo os níveis de planejamento como estratégico, tático e operacional, respectivamente, os ligados a questões macro da obra, à alocação dos recursos, e às atividades realizadas na obra pelos trabalhadores.
32. A elaboração do projeto de arquitetura deve ser orientada, em cada uma das suas etapas, por informações de referência a utilizar, informações técnicas a produzir e documentos técnicos a apresentar.
33. A evolução tecnológica dos materiais só será considerada quando garantir melhor qualidade e desempenho nos serviços e produtos de uma edificação, sendo levada em conta a possibilidade de substituição de serviços industriais por elementos artesanais para reduzir prazos e custos de construção.
34. Estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, arquitetura e agronomia, quer público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados.
35. São consideradas informações técnicas aquelas produzidas em quaisquer das etapas de elaboração do projeto de arquitetura, devendo ser apresentadas mediante documentos técnicos, em conformidade com os padrões estabelecidos nas normas pertinentes, os desenhos, memoriais, relatórios, tabelas, fluxogramas, fotografias, à exceção das maquetes.
36. Dentro do escopo do sistema de gestão ambiental, cabe à organização, de forma complementar às prescrições de órgãos ambientais e de legislação específica, determinar potenciais situações de emergência, incluindo aquelas que podem gerar impacto ambiental.
37. Com a evolução do sistema de fiscalização de obras públicas, integrando entidades de classe, de controle social e os entes federados executores, tornou-se secundário o desenvolvimento de caderno de encargos em editais de licitação.
38. Para fins de controle, prestação de contas e fiscalização, é de competência do gestor do projeto a correta organização e utilização dos documentos em obras, pois existe uma quantidade muito grande de informações a serem registradas.
39. Com relação a obras em execução, é desaconselhável que as organizações implementem procedimentos para assegurar a participação dos trabalhadores, através de seu envolvimento na identificação de perigos, na avaliação de riscos e na determinação de controles, dada a incapacidade técnica dos mesmos.

40. Em um projeto, considera-se como potência total instalada a soma das potências dos pontos de luz mais a soma das potências das tomadas, sendo o limite dos circuitos monofásicos de luz nas instalações com voltagem de 110/120 V é de 12000 W e de 220V é de 24000 W.
41. A temporização somente pode ser utilizada na iluminação pública de praças, fachadas e monumentos, desde que não haja comprometimento da segurança dos usuários e do patrimônio público.
42. Na elaboração de projeto hidráulico para prédios públicos, com relação ao fornecimento de água quente, é vedado o uso de aquecedor de passagem rápida desprovido de reservatório, segundo as normas de segurança para prédios públicos.
43. Para a realização de um orçamento, é necessário que as discriminações sejam organizadas da mesma forma que as especificações técnicas. Os serviços listados devem ser codificados e agrupados de acordo com critérios lógicos e de acordo com o tipo de serviço, a sequência de execução e os materiais a serem empregados.
44. O aluguel de equipamentos, que corresponde ao custo de mobilização mais o de locação do mesmo, para fins de orçamento e custos de projeto, não serve como referência, considerando a volatilidade do mercado.
45. Ao desenvolver projeto de travessia acessível em vias públicas ou em áreas internas de edificações ou espaços de uso coletivo e privativo, com circulação de veículos, são recomendáveis alternativas com redução de percurso, com faixa elevada ou com rebaixamento da calçada.
46. Com relação às normas de segurança em fundações e estruturas de madeira em prédios públicos, assegurado o devido tratamento e independente da submissão a ambientes agressivos ou sujeição a ações de líquidos ou gases, o projeto deverá assegurar o perfeito desempenho e durabilidade compatível com a da edificação.
47. Com relação à segurança no trabalho, é necessário definir objetivos mensuráveis, exequíveis e coerentes com a política de SST, incluindo-se os comprometimentos com a prevenção de lesões e doenças, com o atendimento a requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela organização, além da melhoria contínua.
48. Quanto mais alta a temperatura da cor, mais branca é a cor da luz. Abaixo de 3000 K, a luz terá aparência amarelada e temperatura de cor baixa. A cima de 6000 K, a aparência será azul-violeta e temperatura de cor elevada.
49. Cumpridos todos os processos, o recebimento provisório ou definitivo excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, ética, profissionalmente e pela perfeita execução do contrato o contratado, pois terão sido dadas como concluídas as fases de fiscalização.
50. Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 20 mm dispensam tratamento especial.
51. As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento são, para rotação de 90° = 1,20 m x 1,20 m; para rotação de 180° = 1,50 m x 1,20 m; e para rotação de 360° = círculo com diâmetro de 1,50 m.
52. A arquitetura bioclimática e a harmonia com o meio ambiente devem ser consideradas exclusivamente para preservação e proteção, tendo aplicação relativizada nos casos de aproveitamento das condições naturais de iluminação e ventilação e à proteção contra insolação excessiva.
53. A medição de serviços e obras não será baseada em relatórios periódicos elaborados pelo contratado, em que estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados, mas por registro comprobatório de fiscalização in loco.
54. Precede da realização de orçamento de obra pública, entre outros, o recebimento do conjunto de documentos e informações complementares, sua análise preliminar e esclarecimentos de dúvidas, identificação dos itens e discriminação orçamentária preliminar dos serviços, quantificação, lançamento em sistema informatizado e/ou busca das composições, listagem e cotação de materiais, mão de obra, serviços sub-empregados e emolumento assentado pelo gestor público.
55. Ventilar naturalmente os compartimentos de equipamentos que consomem e/ou armazenam gás deve ser a primeira alternativa a ser considerada quando se trata de segurança para prédios públicos.
56. Sobre fiscalização em obras públicas, o atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Essa multa não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções.
57. A importância do preparo da superfície para recebimento de impermeabilização é inversamente proporcional à relevância da escolha do revestimento mais adequado para a circunstância.
58. O ciclo Plan-Do-Check-Act pode ser aplicado para todos os processos e para o sistema de controle de qualidade em obras de construção civil como um todo, segundo a ISO 9001.
59. Segundo a ISO 9001, ao determinar os requisitos para os produtos e serviços a serem oferecidos para clientes, a organização deve assegurar que os requisitos sejam estatutários e regulamentares aplicáveis, e que a mesma atenda, de forma exclusiva, aos pleitos que forem do interesse do cliente.
60. Programas de auditoria devem ser planejados, estabelecidos, implementados e mantidos pela organização com base nos resultados das avaliações de riscos das atividades realizadas e nos resultados de auditorias anteriores, conforme orienta a OHSAS 18001.
61. As medidas necessárias para manobras de cadeira de rodas com e sem deslocamento são derivadas e se correlacionam em ambientes autogestionáveis, restando determinadas pelo autor do projeto.

62. A produção de documentos e registros por parte do sistema de gestão ambiental é inoportuno, dado que o ônus da prova para casos de denúncia é do denunciante em solidariedade ao órgão ambiental.
63. Com relação à investigação de incidentes de trabalho, a organização deverá oferecer, em até 48 horas do ocorrido, todas as informações necessárias para sua realização ao órgão competente, de forma a se preservar de possíveis acusações de interferência.
64. Quando o departamento não está informatizado ou não há integração entre os sub-sistemas de programação e orçamentação, a primeira etapa é a preparação de listas ou relatórios dos serviços a serem executados e da mão de obra, podendo-se calcular as equipes de trabalho. Na sequência, prepara-se uma tabela de precedências de serviços, onde já é possível determinar o prazo de execução da obra, em uma primeira aproximação, por PERT-CPM ou cronograma de barras.
65. Em um projeto de iluminação, difusores e colmeias são utilizados para modificar a distribuição do fluxo luminoso de uma fonte utilizando o fenômeno da transmitância.
66. O Scrum é um método de gestão de projetos. Seu nome vem do rugby e sua estrutura tem o objetivo de estimular o trabalho em equipe, a troca de experiências e organização, por meio de ciclos de desenvolvimento para cada etapa do projeto e reuniões periódicas de acompanhamento.
67. Ao fazer levantamento de dados, elaborar programa de necessidades, estudo de viabilidade, estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal e projeto para execução, se está realizando etapas da execução da atividade técnica de um projeto em arquitetura.
68. Ao analisar os métodos de gestão para escolher o mais adequado para determinado projeto a ser realizado no município, sabe-se que Kanban e Scrum são sinônimos.
69. A análise de riscos em um projeto, que podem ser técnicos, externos, organizacionais, de gerenciamento ou de outra natureza, por meio de uma gestão de riscos eficiente, podem ser evitados, transferidos, mitigados, contingenciados ou potencializados.
70. Ao solicitar orçamento para a execução de um prédio público, ao considerar os blocos cerâmicos, sabe-se que eles são classificados pelo cumprimento ou função que cumprem na alvenaria, como: inteiros; meio bloco; canaleta U; canaleta J; canaleta compensador para modulação vertical; piombeta, especiais para amarração em encontros de paredes; ajuste ou compensador na amarração horizontal.
71. A pedido direto do prefeito do município, que representa a autoridade máxima da cidade, o servidor público pode utilizar sua posição para agilizar processos em benefício de familiares, desde que não obtenha vantagens pessoais.
72. Em alguns casos permitidos pela lei, o servidor público pode aceitar presentes de terceiros que mantêm contratos com a administração pública, desde que sejam de valor simbólico e não influenciem suas decisões.
73. Em algumas situações, é aceitável que um servidor público use informações confidenciais a que tem acesso em sua função para beneficiar um amigo, desde que não haja prejuízo direto à administração pública.
74. Excepcionalmente, é aceitável que um servidor público participe ativamente de campanhas políticas durante seu horário de trabalho, desde que não prejudique suas responsabilidades profissionais.
75. Em situações de falha técnica, é fundamental que o usuário do dispositivo esteja familiarizado com métodos alternativos para contornar o problema até que seja solucionado. Por exemplo, para acessar a Central de Segurança do Windows, sem o uso do mouse, e realizar funções como desligar e reiniciar o computador, é necessário pressionar as teclas CTRL + ALT + ENTER.
76. A alteração de divisão administrativa do Município de Salgueiro só pode ser feita quadrienalmente, conforme o Art. 8 da sua Lei Orgânica.
77. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salgueiro - PE, no seu artigo 9, a instalação de um distrito deve ser realizada perante o Juiz de Direito da Comarca para estabelecimento concreto e legal.
78. Para converter um arquivo do formato .DOC para um formato .DOCX Aberto, é necessário abrir o arquivo utilizando o bloco de notas e salvar como docx.
79. A detecção de malware em computadores requer a observação cuidadosa de diversos indicadores, que incluem, entre outros, a redução do espaço de armazenamento interno, uma vez que muitos malwares têm o hábito de baixar e instalar arquivos adicionais no dispositivo infectado. Além disso, a ocorrência excessiva de pop-ups e o superaquecimento do computador também podem ser sintomas reveladores da presença de malware.
80. Conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 17 da Lei Orgânica, essa disposição determina o processo de eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o segundo biênio, especificando a data e as condições de posse dos eleitos.
81. A implementação de procedimentos de backups é fundamental para preservar a integridade dos arquivos. Existem três metodologias para o armazenamento de cópias de segurança: Full (completo), que replica todos os dados integralmente; Incremental, que registra apenas os novos ou alterados; e Diferencial, similar ao Incremental, porém copia tudo o que foi modificado desde o último Backup completo.
82. A existência de um código de ética é suficiente para garantir comportamentos éticos entre os servidores públicos, independentemente da implementação de medidas de fiscalização e treinamento contínuo.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens que se seguem.

71. A competência privativa do Município de Salgueiro inclui a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, como consta no Art. 10, III da lei Orgânica do Município de Salgueiro - PE.

84. Um servidor público pode manifestar suas opiniões políticas em redes sociais, desde que não faça referência à sua instituição de trabalho.
85. O artigo 25 da Lei Orgânica estabelece a existência de comissões permanentes e especiais na Câmara Municipal, delineando suas competências e atribuições específicas.
86. O número de vereadores será fixado pela Câmara Municipal de Salgueiro até o final da Sessão Legislativa do ano subsequente às eleições, conforme o Art. 16 da Lei Orgânica do Município de Salgueiro - PE.
87. Worms são programas instalados em um computador sem o conhecimento do usuário durante a execução de outro software. Eles capturam informações sobre o usuário, como padrões de navegação e senhas, e as enviam remotamente para outro computador.
88. A responsabilidade, uma qualidade essencial da ética no serviço público, deve ser evidente nas ações dos funcionários públicos. Sem essa responsabilidade, é improvável que a administração pública e os cidadãos ajam de forma ética.
89. Mesmo na ausência de alguém de sua chefia imediata que o fiscalize diretamente, é dever do servidor público zelar pela correta utilização dos recursos públicos, evitando desperdícios e promovendo a eficiência na gestão.
90. Para identificar os vários tipos de arquivos (arquivos de textos, de som, imagem etc), é necessário observar a extensão, entendendo que, no caso do Windows, "ppsx" significa que o documento é uma apresentação de slides do PowerPoint; "PDF" é um arquivo de formato de documento portátil; "JPG" ou "JPEG" são arquivos de foto Join Photographic Experts Group; "doc" e "docm" são documentos do Microsoft Word. Para alterar a extensão do arquivo, é necessário alterar o nome do mesmo, trocando a sigla após o ".", por exemplo: "RELATÓRIO 2024.pdf", para "RELATÓRIO 2024.docm".
91. Para habilitar o uso do mouse por meio do teclado em todas as versões do Windows, é preciso pressionar simultaneamente as teclas Alt esquerda + Shift esquerda + Num Lock. Isso abrirá uma janela chamada "Teclas para Mouse". Para ativar o recurso, deve-se usar a tecla "Tab" para selecionar entre "Sim" ou "Não", e em seguida pressionar "Enter" no teclado para confirmar a seleção.
92. Ao organizar audiências públicas sobre um novo projeto de infraestrutura, um servidor público está promovendo a cidadania ativa e garantindo que a comunidade tenha voz nas decisões que impactam sua vida.
93. A iniciativa de elaboração de leis cabe a qualquer vereador, ao prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total de número de eleitores do município.
94. O artigo 23 da Lei Orgânica define o período de mandato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Salgueiro, bem como veda a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente, garantindo a alternância de poder.
95. O Google Planilhas representa uma solução tecnológica de acesso apenas gratuito, oferecendo diversas facilidades ao usuário. Entre suas funcionalidades mais avançadas destaca-se o recurso do botão "Explorar", que mobiliza a inteligência artificial do Google para pesquisar tendências, criar gráficos e produzir visualizações personalizadas.
96. O conceito de ética no setor público está relacionado à transparência nas decisões e ações administrativas, garantindo que os processos sejam claros e compreensíveis para a sociedade.
97. O Google Classroom é uma plataforma que facilita a aplicação de métodos de ensino a distância de maneira simples, eficaz e unificada. Essa plataforma é adequada tanto para instituições educacionais quanto para empresas, pois proporciona um ambiente online onde professores, alunos e equipes podem interagir de forma organizada e eficiente. Uma das grandes vantagens do Google Classroom é sua capacidade de oferecer feedbacks personalizados.
98. De acordo com o artigo 5º da Lei Orgânica do Município de Salgueiro PE, a Câmara Municipal se reunirá anualmente de 15 de janeiro a 15 de junho e de 15 de julho a 15 de dezembro, para realizar as sessões necessárias em plenário.
99. Para distinguir entre a presença de vírus em um computador e o acúmulo de cookies no navegador, é necessário atentar para determinados indicadores, uma vez que ambos compartilham um sintoma comum: a exaustão do armazenamento e a coleta não autorizada de dados. Essa diferenciação pode ser realizada por meio de uma análise do desempenho do sistema após a remoção dos excessos de cookies. Esse procedimento deve ser conduzido através das configurações de Privacidade, ou Privacidade e Segurança, disponíveis no navegador.
100. No ato da posse e ao término do mandato, os vereadores deverão fazer declaração dos seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo de acordo com a Lei Orgânica do Município de Salgueiro - PE.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO